

- LXXI -

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA –PRONERA: DA MATERIALIZAÇÃO À DESCONTINUIDADE

Sandra Maria Soares
(PPGEdu/UNEMAT)
sandramariasrs@gmail.com

Marilda Oliveira Costa
(PPGEdu/UNEMAT)
marildadacosta532@gmail.com

Lucélia Augusto Machado
(PPGEdu/UNEMAT)
lucelia..augusto@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil se encontram emaranhadas no processo político, econômico e social do País, assim como todas as políticas educacionais. Nesse trabalho destacaremos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA, que “é uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno que atendam a população assentada”, (SANTOS, 2012, p.629).

O programa possibilita uma educação formal aos camponeses, gratuita e de qualidade, uma educação vinculada aos seus valores, sua identidade e suas ideologias, com parâmetros específicos, currículos específicos, ou seja, uma pedagogia voltada para a realidade dos assentados e acampados que cumpra a sua função social.

Assim, este resumo tem como objetivo compreender a importância do PRONERA, da materialização à descontinuidade no acesso à educação da população camponesa.

DESENVOLVIMENTO: PRONERA: DAS LUTAS SOCIAIS DOS CAMPONESES À MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O programa é considerado um marco na construção e consolidação de políticas públicas voltadas para o acesso à educação da população camponesa, é uma política pública do governo federal, que foi de modo específico conquistada dos trabalhadores camponeses na luta por uma educação do/no campo.

O programa foi criado em 16 de abril de 1998, por portaria do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), num contexto de ascenso da luta pela Reforma Agrária que aliava as condições de forte organização e mobilização dos Sem Terra por todo o território nacional à sensibilidade da sociedade brasileira em torno da causa. (SANTOS, 2012, p.630).

Neste sentido, o PRONERA, é fruto de lutas sociais, enfrentamentos e mobilizações que se iniciaram juntamente com o desejo de uma educação contra-hegemônica e específica para os acampados e assentados.

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98 o PRONERA foi criado. No ano de 2001, o programa foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, por meio da Portaria nº. 837/2001 e foi lançado o Manual de Operações que traça as diretrizes, objetivos e ações do Programa.

O programa após a incorporação ao INCRA, inicia sua existência com o propósito de materializar o direito constitucional à educação aos trabalhadores/as e as populações excluídas, envolvendo “alfabetização, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio profissional, ensino superior e pós-graduação”. (SANTOS, 2012, p. 629).

O Programa tem como objetivo geral

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção da inclusão social com desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. (BRASIL/ PRONERA, 2016, p.18).

Outro marco importante foi a inclusão do artigo nº 33 na lei 11.947, em que o congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a instituir o PRONERA, e em 4 de novembro de 2010, foi editado o decreto nº 7.352, que institui a Política Nacional de Educação do Campo e o PRONERA.

Nas duas décadas de existência do PRONERA, foram muitos decretos, normas e atualizações no Manual de Operação que possibilitaram a implantação de cursos em todo o Brasil. Foram atendidos aproximadamente “186.734 beneficiários nas modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino médio técnico, superior e pós-graduação, em mais de mil municípios do país” e “foram ofertados 499 cursos, em parceria com 94 instituições de ensino” (INCRA, 2018), possibilitando que o público da reforma agrária, quilombolas, agricultores cadastrados na autarquia e beneficiários do crédito fundiário pudessem ter o direito de uma educação gratuita e de qualidade.

Nos últimos dois anos, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo federal e o Congresso brasileiro vêm aprovando medidas, que corroboram com o golpe contra os mais pobres ao aprovarem leis, medidas provisórias e Proposta de Emenda à Constituição-PEC que favorecem o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nos últimos anos pelo povo brasileiro.

Em meio a toda esta conjuntura de perda de direitos para a classe trabalhadora e esta onda neoconservadora, o PRONERA vem sofrendo cortes de verbas e sucateamento em que alguns cursos foram totalmente extintos ou interrompidos sob a justificativa da falta de verbas para sua manutenção, como é destacado na carta-manifesto dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA, no item 13:

O orçamento do PRONERA, reconhecidamente uma das mais importantes políticas de educação construída nos últimos 20 anos, desde o Golpe vem sofrendo drásticas reduções. Em 2008, quando completou 10 anos, executou um orçamento de R\$ 70 milhões. Em 2018, chegou ao ponto mais crítico de sua história, com aporte de apenas 3 milhões de reais, agravado ainda pelo corte de 1,8 milhão antes do final do primeiro semestre, segundo dados do Incra. (Carta-manifesto, 2018)

Este desmonte das políticas públicas voltadas para a educação de modo geral, especialmente da educação do campo, é uma perda para as escolas do campo, pois quando nos referimos a educação do campo, estamos também pensando em questões como a

produção e reprodução da vida, no trabalho socialmente produtivo, na luta social, na organização coletiva, na cultura e na história como matrizes organizadoras do processo formativo, na auto-organização dos/as estudantes e na continuidade destes docentes nas escolas do campo, e para que isso aconteça, continuaremos resistindo e nos comprometendo em lutar e defender todos os direitos dos/as trabalhadores/as.

CONCLUSÕES

Nos últimos dois anos, tivemos que estar atentos, mobilizados e engajados na luta por nossos direitos, pois o crescimento da extrema-direita e do fascismo vem aumentando cada vez mais, e como garantia de acesso as políticas públicas educacionais, temos que fortalecer a discussão e propor ações estratégicas para assegurar o direito a educação do campo e a continuidade do PRONERA.

A população do campo já vem sentindo este retrocesso, em que a retirada dos direitos dos trabalhadores e das políticas públicas vem se tornando um entrave na continuidade dos projetos e programas que possibilitavam aos camponeses o direito a uma vida digna e justiça no campo, com a produção de alimentos saudáveis, com respeito aos bens comuns da natureza, com políticas sociais que desenvolvam as agroindústrias e a agroecologia, a educação do campo pública, gratuita e de qualidade e o combate a toda forma de discriminação e preconceito.

Neste sentido, destacamos que o PRONERA, que foi pensado planejado e vem sendo construído e defendido por várias instituições, movimentos e universidades é um marco na história da educação brasileira do campo e um elemento afirmativo de demarcação da posição do campesinato dentro das políticas públicas da educação.

Finalizamos, reafirmando que a educação é a única alternativa, para que possamos construir uma sociedade livre, justa e solidária em que todos tenham direito a um ensino gratuito e de qualidade socialmente referenciada, que garanta a redução das desigualdades sociais, a inclusão, o respeito e a autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Portaria nº 10/98, de 16 de abril de 1998. **Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações. Brasília, 1998.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manual de Operações do PRONERA**. Ed, ver e atual. Brasília. 2016.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **PRONERA completa 20 anos de atuação educacional no campo**. Brasília. Publicado dia 25/04/2018. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/pronera-completa-20-anos-de-atuacao-educacional-no-campo>, acessado em 05 de janeiro de 2019.

Carta-manifesto 20 anos da educação do campo e do PRONERA. 2018. Disponível em <https://mpabrazil.org.br/encontro-nacional-de-20-anos-da-educacao-no-campo-e-pronera-torna-publico-carta-manifesto/> acessado em 05 de janeiro de 2019.

SANTOS, C. A. Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.